

2014

**Anexo Especial sobre Gestão de
Políticas de Renúncias de Receitas (AGRE)
Lei nº 8.248/91 – Lei de Informática**

**Secretaria de Política
de Informática
(Sepin/MCTI)**

SecexDesenvolvimento – 1ª DT

Tribunal de Contas da União

Setembro de 2014

INTRODUÇÃO

A Lei nº 8.248/91 (Lei de Informática), vem há mais de 20 anos se constituindo como o principal instrumento de estímulo ao setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, tanto no que se refere à realização de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, quanto na capacitação do setor produtivo.

Com a prorrogação de seus instrumentos até 2029, pela Lei nº 13.023/2014, afastou-se o risco de descontinuidade dessa política que tem apresentado impactos positivos na manutenção da base industrial, na geração de empregos qualificados e no fortalecimento dos Centros de Pesquisa e Desenvolvimento que realizam projetos em Tecnologia da Informação e Comunicação.

Vale destacar que o Brasil é um dos poucos países do Hemisfério Ocidental que tem uma grande indústria de TICs. Aliás, uma das dez maiores do mundo. Isso só se tornou possível porque o Estado Brasileiro tem uma política robusta para o setor com Leis e Decretos bem fundamentados.

Essa política tem dado segurança aos investidores, sem distinção de origem do capital, e garante um fluxo permanente de investimentos em P&D. A Lei nº 8.248/91, Lei de Informática, proporciona a desoneração fiscal do IPI para as empresas que investirem em atividade de P&D.

Atualmente há 600 empresas habilitadas à fruição desses incentivos, com faturamento da ordem de R\$ 80 Bilhões, gerando 130.00 empregados, dos quais 1/3 com Nível Superior, e investimentos anuais de R\$ 1,5 Bilhão em atividades de P&D.

Dos resultados mais importantes da Lei, destaca-se o estabelecimento no País de empresas com tecnologia nacional, atuando nos setores de automação industrial e comercial, de telecomunicações e equipamentos médico-hospitalares; bem como a implantação de centros privados de Pesquisa e Desenvolvimento em tecnologia da informação, tendo alguns destes alcançando projeção internacional.

Há que se mencionar a importante base industrial construída no País, tendo como instrumento principal de estímulo a Lei de Informática.

ITEM 5 – DADOS E INDICADORES DE GESTÃO DA LEI DE INFORMÁTICA

5.1. *Dados Gerais*

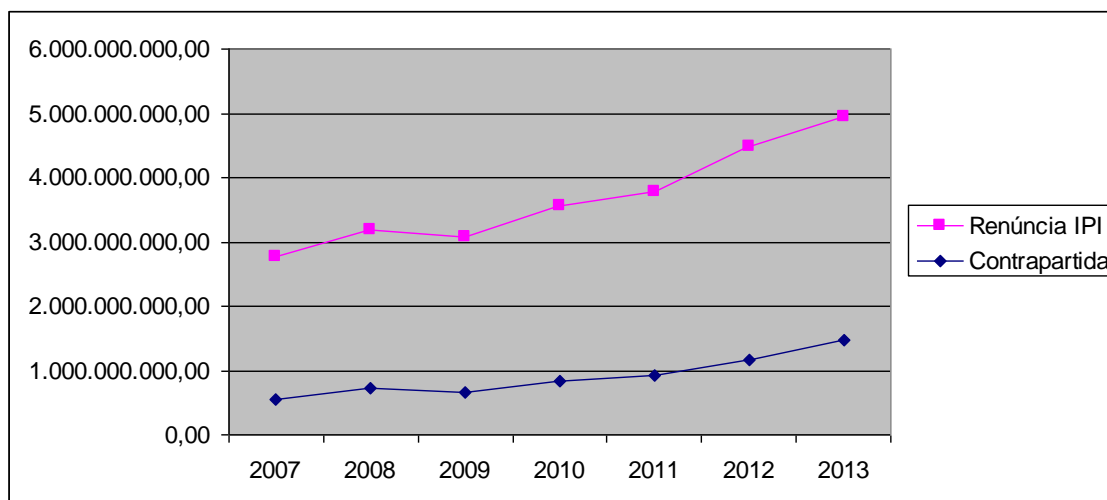
a) *Volume financeiro de renúncia fiscal e contrapartidas (investimentos em P&D)*

A Tabela a seguir apresenta os valores de renúncia fiscal e investidos em atividades de P&D em contrapartida à fruição dos incentivos da Lei 8.248/91. Trata-se de valores declarados pelas empresas incentivadas em seus Relatórios Demonstrativos Anuais, cuja situação de análise é apresentada na Tabela 10 – Estoque de RDAs.

Tabela 2 – Valores Renunciados e Contrapartida do benefício fiscal

Ano-base*	Volume da renúncia de receitas (IPI** dispensado)	Contrapartida (Investimento em P&D)	% do faturamento do setor incentivado***
2007	2.759.024.026,52	601.112.385,86	21,79%
2008	3.183.618.199,26	715.555.049,31	22,48%
2009	3.074.245.778,11	653.933.494,18	21,27%
2010	3.570.764.389,32	841.700.000,00	23,57%
2011	3.771.522.961,36	920.478.211,83	24,41%
2012	4.482.198.330,85	1.159.864.400,50	25,88%
2013	4.934.898.641,60	1.479.127.424,62	29,97%
TOTAIS	25.776.272.327,02	5.211.906.565,80	24,72%

O Gráfico a seguir apresenta a evolução dos valores renunciados e contrapartida do benefício fiscal (Aplicação em atividades de P&D):



- A inflexão observada em 2009 reflete o efeito da crise 2008, sentida no ano seguinte pelo mercado de bens de informática (especialmente no segmento de microinformática).

b) *Perfil e valores do setor apoiado e da política pública*

A Tabela a seguir apresenta os dados gerais dos RDAs referentes aos anos base de 2012 e 2013:

Tabela 3 – Materialidade e relevância do setor e da política pública

	<i>Exercício 2012</i>	<i>Exercício 2013</i>
Total de empresas habilitadas	500	574
Total de empresas habilitadas com faturamento positivo em relação aos produtos incentivados	436	493
Faturamento Bruto Total - Global	61.911.079.030,41	72.950.617.729,42
Faturamento Bruto Total – Produtos (Hw) Incentivados no mercado interno (A+B)	30.205.839.980,67	34.746.082.525,10
Microcomputadores e suas partes (A)	11.830.958.706,48	14.156.614.719,19
Demais bens (B)	18.374.881.274,19	20.589.467.805,91
Serviços	3.175.956.905,65	4.091.381.420,03
<i>Software</i>	1.008.504.009,05	1.569.641.559,11
Exportações	3.011.507.370,26	3.770.822.750,74
Exportações de Produtos Incentivados	1.815.728.370,28	1.036.827.255,46
Importações	20.875.425.512,89	23.021.109.249,14
Importações de Insumos para produção de produtos incentivados	13.513.961.684,71	16.189.514.227,27
Importações de produtos acabados para revenda (bens de informática)	1.540.328.640,00	1.811.000.000,56
Renúncia Fiscal do IPI	3.771.522.961,36	4.482.198.330,85
Impostos pagos de produtos incentivados	5.518.387.904,8	5.280.863.901,56
Obrigações em P&D - Global	920.478.211,83	1.159.868.844,50
Obrigações de Aplicação em Projetos Próprios (A)	459.820.638,72	558.006.634,20
Obrigações de Aplicação em Projetos Conveniados (B)	375.036.706,58	481.191.846,56
Obrigações de Aplicação Total em Projetos (A+B=C)	834.857.345,30	1.039.198.480,76
Depósitos Trimestrais no FNDCT (D)	79.806.172,25	89.845.316,07
Aportes em Programas Prioritários de TI – PPIs (E)	5.814.694,28	30.825.047,67
Obrigações Totais de Investimento em P&D (C+D+E)	920.478.211,83	1.159.86.8844,50
Total de Recursos Humanos	125.978	124.501
Recursos Humanos de Nível Superior	33.310	33.007
Recursos Humanos em P&D	7.982	7.994
Recursos Humanos em P&D de nível superior	5.529	5.644
Quantidade de patentes	366	417
Quantidade de publicações	353	499

- É oportuno destacar os seguintes aspectos no tocante às importações, exportações e recursos humanos, respectivamente:

i) importações: as importações de insumos tiveram uma taxa de expansão mais acentuada dos que as importações globais, o que possivelmente reflita recente ampliação de requisitos de agregação de valor nos regulamentos de fixação do processo produtivo básico (PPB) para bens de elevado volume (terminais telefônicos celulares, tablets e microcomputadores portáteis), e que se mostrou decisiva para a implantação de recentes empreendimentos para a fabricação local de circuitos integrados da categoria “memória”;

ii) exportações: não obstante a Lei de Informática não incorporar na sua arquitetura mecanismos de apoio à competição no mercado externo, observa-se um ligeiro crescimento nas exportações, concentradas em “software”, tendência que se mantida nos próximos exercícios poderá ser potencializada por medidas previstas no programa TI Maior;

iii) recursos humanos: não obstante o ligeiro decréscimo no contingente de profissionais no universo de empresas incentivadas, observa-se que não houve redução nos recursos humanos que atuam em pesquisa e desenvolvimento, o que denota coesão com o principal propósito da legislação, qual seja, incentivar as atividades de P&D no setor produtivo.

c) Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade

A Tabela a seguir apresentar o quantitativo de projetos próprios das empresas beneficiárias e conveniados (Lei 8.248/91, art. 11, inc. I e II), total de valores aplicados, percentual da distribuição por regiões geográficas brasileiras e modalidades de aplicação de que trata o art. 24, incisos e §1º, do Decreto 5.906/2006, para o ano base de 2013:

Tabela 4 – Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por modalidade – AB 2013

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Não conveniados (próprios)			Convênios outras regiões			Convênios SUDAM, SUDENE e Região Centro-Oeste		
	Qtde.	Valor Total (A)	%* (A/TA)	Qtde.	Valor Total (B)	%* (B/TB)	Qtde.	Valor Total (C)	%* (C/TC)
I	99	48.832.895,29	6,96	62	40.344.648,05	9,89	68	46.017.919,47	18,14
II	1.501	586.173.414,06	83,52	284	281.496.079,02	68,99	285	78.470.175,41	57,95
III	96	29.311.970,83	4,18	80	35.204.065,39	8,63	25	23.141.491,60	6,07
IV – A	38	10.074.427,15	1,44	46	20.068.963,24	4,92	36	25.825.409,07	6,77
IV – B	30	18.198.464,41	2,59	28	19.596.263,91	4,80	26	41.092.159,76	10,78
IV – C	9	1.972.079,3	0,28	18	9.422.789,1	2,31	5	904.315,05	0,24
§ 1º	13	7.293.224,86	1,04	4	1.866.697,36	0,46	3	179.189,34	0,05
TOTAIS	1.786	701.856.475,97	100,00	522	407.999.506,07	100,00	448	215.630.659,70	100,00

Os Projetos executados em convênios com instituições localizadas nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste, são realizados em instituições de ensino onde a vocação natural e as competências disponíveis favorecem a realização de projetos de pesquisa, sendo consequência direta da determinação da Lei relativamente à obrigação de aplicação em atividades de P&D, de no mínimo 30% em instituições públicas de ensino e pesquisa.

Nas regiões Sul e Sudeste, não existe a exigência legal de aplicação em instituições de ensino e pesquisa, por sua vez as empresas contam com uma opção variada de centros de P&D bem estruturados para realizar projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Por outro lado, e uma vez que a vocação maior das Universidades concerne à realização de projetos de pesquisa e a necessidade maior do setor produtivo ainda se refere a projetos de desenvolvimento, como resultado, nos projetos realizados internamente as empresas priorizam aqueles referentes à evolução de seus produtos com a adição de novas funcionalidades e que possam dar vantagens competitivas.

Portanto, é natural que a maior concentração de investimentos em P&D em projetos internos e em convênio com centros de P&D dê-se na modalidade *projetos de desenvolvimento* e não de *projetos de pesquisa*. Contudo, vale destacar o fato de que nos projetos extra-convênio a rubrica *projetos de pesquisa* esta em expansão e já corresponde à 2ª modalidade de aplicação em pesquisa e desenvolvimento.

A Tabela a seguir apresenta os valores médios dos projetos executados no ano base 2013, por modalidade de projetos conforme o art. 24, incisos e §1º, do Decreto 5.906/2006:

Tabela 4 (A) – Valores Médios dos Projetos de P&D por modalidade – AB 2013

Art. 24, incisos e parágrafo 1º	Aplicações em P&D (R\$) (A)	Número de Projetos	Valor Médio dos Projetos (R\$)	(A/TA) %
I	135.195.462,81	229	590.373,20	10,20
II	946.139.668,49	2070	457.072,30	71,38
III	87.657.527,82	201	436.107,10	6,61
IV – A	55.968.799,46	120	466.406,66	4,22
IV – B	78.886.888,08	84	939.129,62	5,95

IV – C	12.299.183,45	32	384.349,48	0,93
§ 1º	9.339.111,56	20	466.955,58	0,70
TOTAIS	(TA)1.325.486.641,67	2.756	480.945,81	100,00

Convém destacar na tabela acima os Valores Médios, os Montantes de Aplicação em P&D e o Número de Projetos executados, para as modalidades de Projetos de Pesquisa (inciso I, do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “trabalho teórico ou experimental realizado de forma sistemática para adquirir novos conhecimentos, visando a atingir objetivo específico, descobrir novas aplicações ou obter ampla e precisa compreensão dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observados, sem prévia definição para o aproveitamento prático dos resultados”) e dos Projetos de Formação e Capacitação de Profissionais de Níveis Médio e Superior (inciso IV(b), do art. 24, do Decreto 5.906/2006 – “para aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos envolvidos nas atividades de que tratam os incisos de I a III deste artigo”).

A Tabela a seguir apresenta a distribuição regional dos Valores de Aplicação em Projetos de P&D, destacando os montantes aplicados em Instituições Públicas, em Instituições Privadas e os Projetos executados pelas próprias empresas:

Tabela 5 – Distribuição dos projetos de P&D por modalidade/região

Aplicações em P&D – Investimentos	Valores (R\$)	% do total
Instituições Públicas - Áreas de influência Sudam, Sudene e Região CO	86.380.177,53	6,50
Instituições Privadas - Áreas de influência Sudam, Sudene e Região CO	129.250.482,17	9,80
Instituições Públicas - Outras Regiões	17.044.265,79	1,30
Instituições Privadas - Outras Regiões	390.955.240,28	29,50
Projetos Próprios	701.856.475,97	53,00
TOTAIS	1.325.486.641,74	100,00

Fazendo uma análise do percentual de obrigação de aplicação em P&D em convênio com instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento, situadas nas outras Regiões (Região Sul e Região Sudeste), com base na Tabela 5, percebemos que apenas 4,18% do montante dos recursos foi destinado às Instituições Públicas dessas Regiões, enquanto as Instituições Privadas captaram 95,82%.

Mesmo as Regiões Sul e Sudeste concentrando as melhores instituições públicas de ensino e pesquisa do Brasil, estas captam 23 vezes menos recursos da contrapartida da Lei de Informática que as Instituições Privadas das mesmas Regiões.

Esse desequilíbrio possivelmente ocorra porque não há obrigação de aplicação de percentual mínimo nas instituições públicas de ensino e pesquisa situadas nas Regiões Sul e Sudeste, como acontece com as mesmas instituições situadas nas regiões de influência da SUDAM, da SUDENE e na Região Centro-Oeste.

d) Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por natureza do gasto

A Tabela a seguir apresenta os valores aplicados e percentuais da distribuição dos convênios por modalidade de dispêndio de que trata o art. 25 do Decreto 5.906/2006:

Tabela 6 – Perfil dos dispêndios dos projetos de P&D por natureza do gasto

Art. 25, incisos e parágrafo 3º	Não conveniados (próprios)		Convênios outras regiões		Convênios regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	
	Valor (A)	%* (A/TA)	Valor (B)	%* (B/TB)	Valor (C)	%* (C/TC)
I	6.745.731,68	0,96	8.846.524,05	2,17	1.728.518,29	0,80
II	18.391.645,82	2,62	57.101.463,86	14,00	18.866.442,86	8,75

III	547.113.542,73	77,95	226.738.469,28	55,57	130.127.709,00	60,35
IV	30.806.424,13	4,39	18.783.881,41	4,60	13.965.962,54	6,48
V	113.592,15	0,02	363.096,39	0,09	108.611,6	0,05
VI	20.072.104,63	2,86	5.252.013,09	1,29	1.288.151,95	0,60
VII	9.343.364,15	1,33	7.843.074,27	1,92	3.423.346,12	1,59
VIII	2.128.970,61	0,30	4.977.496,09	1,22	1.442.840,30	0,67
IX	37.688.490,94	5,37	13.478.019,66	3,30	14.354.060,54	6,66
X	29.452.609,13	4,20	3.942.577,46	0,97	1.332.519,00	0,62
§ 3º	----	----	60.672.890,51	14,87	28.992.497,50	13,45
TOTAIS	701.856.475,97	100,00	407.999.506,07	100,00	215.630.659,70	100,00

Não foi observado anomalias no perfil dos dispêndios, uma vez que a concentração dos gastos foi na rubrica de Recursos Humanos Diretos, conforme era esperado, pois essa rubrica de dispêndios é a que representa a execução das atividades dos projetos de P&D.

Nos projetos conveniados merece destaque, os gastos com laboratórios o que representa a capacitação das Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento no que refere às condições de infraestrutura para execução dos Projetos de P&D.

5.2. Concessão de benefícios fiscais

a) *Estoque e atendimento da demanda de pedidos de concessão por parte da Sepin/MCTI*

A Tabela a seguir apresentar os quantitativos e situação de Pleitos de Concessão de benefícios fiscais da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91):

Tabela 7 – Estoque e atendimento às concessões de benefícios fiscais

Exercício	A. Quantidade de Portarias de Concessão Vigentes	B. Pedidos de Concessão (pleitos) protocolados	C. Pedidos de Concessão (pleitos) aprovados (Portaria Interministerial)	D. Pedidos de Concessão (pleitos) reprovados	E. Pedidos de Concessão (pleitos) pendentes de decisão**
2011	1171	246	74	40	373
2012	1265	224	152	8	447
2013	1465	336	267	139	329
2014	1663	252	296	89	181

** Em 31 de dezembro de 2014 a CGTE/SEPIN contava com 181 Pleitos de Concessão pendentes de análise, destes, 149 deram entrada no Protocolo do MCTI no ano de 2014.

A Tabela a seguir apresenta Índices (Percentuais) de Atendimento de Pleitos de Concessão de Incentivos e de Não Atendimento:

Tabela 8 – Índices (Percentual) relativos sobre atendimentos de pedidos de concessão de benefícios fiscais

Exercício *	Aumento da demanda por concessões de incentivo fiscal (=B/A)**	Atendimento à demanda de concessão (= [C+D]/B)**	Evolução de estoque de pedidos de concessão pendentes (=E/A)**	Índice de não atendimento à demanda (=E/B)***
2011	21,01%	46,34%	31,85%	151,63%
2012	17,71%	71,43%	35,34%	199,55%
2013	22,94%	120,83%	22,46%	97,92%
2014	15,15%	152,78%	10,88%	71,83%

Os principais motivos de indeferimento de pleitos de concessão são:

- Não cumprimento de exigências formuladas pela CGTE/SEPIN durante a análise do Pleito;
- Solicitação pela empresa para desconsiderar o Pleito; e
- Pleitos duplicados.

b) Atendimento à demanda por parte da Câmara Técnica Interministerial para Pleitos de Concessão (CTI-PC) criada pela Portaria Interministerial MF/MCTI/MDIC 148/2007

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de reuniões da CTI-PC e os resultados dos trabalhos, para o ano de 2014:

Tabela 9 – Informações sobre as reuniões da CTI-PC (2014)

Data da reunião *	Quantidade de pleitos apreciados quanto ao enquadramento no Anexo do Decreto 5.906/2006	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC imediatamente antes da reunião (fila antes de cada reunião da CTI-PC)	Quantidade de pleitos prontos para apreciação da CTI-PC pendentes após a reunião (fila após cada reunião da CTI-PC)
Janeiro	56	136	80
Fevereiro	24	90	66
Março	15	99	84
Abril	28	92	64
Maió	13	85	72
Junho	20	87	67
Julho	17	92	75
Agosto	42	72	30
Setembro	35	53	18
Outubro	22	57	35
Novembro	19	77	58
Dezembro	14	68	54

Os Arquivos de Memória das reuniões da **CTI-PC** são armazenados em meio digital, no formato PDF, conforme denominação a seguir: “ 01ª Reunião (240ª) 2014-01-15.pdf”.

Foram realizadas 43 reuniões em 2014, do número 240 a 282.

c) Tempos médios de tramitação

As duas Tabelas a seguir apresentam a Eficiência temporal (Indicador 1 e Indicador 2) das concessões definitivas e provisórias aos benefícios da Lei de Informática:

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão definitiva** (Indicador 1) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCD = \left(\sum_{p=1}^{p=n} d_n \right) / p$$

Onde:

TMCD = Tempo Médio de Concessão Definitiva;

p = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

dn = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede definitivamente benefício à empresa.

Indicador 1 – Eficiência temporal nas concessões definitivas de benefícios da Lei de Informática:

Ano-base*	p	∑dn	TMCd	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	74	25.485	344,3919	01200.000986/2011-95	125	01200.004212/2009-19	654
				01200.000173/2011-03	155	01200.000008/2010-62	661
				01200.000824/2011-57	176	01200.001452/2009-61	759
2012	152	67.741	445,6645	01200.002363/2012-38	112	01200.002907/2010-08	735
				01200.001958/2012-76	155	01200.001450/2010-14	808
				01200.002616/2011-92	168	01200.001906/2010-38	850
2013	266	117.949	443,4173	01200.004186/2012-24	122	01200.000733/2011-11	982
				01200.003980/2013-31	126	01200.000045/2011-51	984
				01200.004062/2012-49	141	01200.002015/2010-07	1071
2014	296	102.865	347,5169	01200.003722/2014-36	80	01200.001347/2011-47	955
				01200.002874/2014-11	105	01200.001557/2012-16	959
				01200.003795/2014-28	107	01200.001628/2011-08	1088

O Tempo Médio total de tramitação dos processos de **concessão provisória** (Indicador 2) de incentivos fiscais, foi calculado conforme a fórmula abaixo:

$$TMCp = \left(\sum_{p=1}^{p=n} d'_n \right) / p$$

Onde:

TMCp = Tempo Médio de Concessão Provisória;

n = quantidade de pedidos de concessão aprovados no exercício;

d'n = número de dias entre a data de protocolo do pedido de concessão e a data da portaria interministerial que concede provisoriamente benefício fiscal à empresa.

Indicador 2 – Eficiência temporal nas concessões provisórias de benefícios da Lei de Informática

Ano-base*	p	∑dn	TMCd	número de dias de concessão foram os menores		número de dias de concessão foram os maiores	
				Processos	Dias	Processos	Dias
2011	0	0	0	-	-	-	-
2012	0	0	0	-	-	-	-
2013	50	5.458	109,16	01200.005518/2013-79	14	01200.005072/2012-00	323
				01200.005123/2013-76	15	01200.004618/2012-05	346
				01200.005422/2013-19	16	01200.000977/2012-85	629
2014	159	9.243	58,13208	01200.003113/2013-04	9	01200.005911/2013-62	388
				01200.002177/2014-61	10	01200.005911/2013-62	404
				01200.001796/2014-38	11	01200.000852/2013-36	410

5.3. Avaliação de benefícios fiscais por meio de Relatórios Demonstrativos (RDs)

a) Situação do estoque de RDAs

A Tabela a seguir demonstra o quantitativo de RDAs apresentados, análise técnica concluída e a situação do estoque de RDAs, ainda pendentes de análise:

Tabela 10 – Estoque de RDAs (situação da análise inicial)*

Ano-base**	RDs apresentados	RDs com análise técnica concluída		RDs em estoque ou em análise		Pareceres encaminhados à SRF	
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	% (D/A)
2007	318	216	67,92	102	32,08	---	---
2008	377	200	53,05	177	46,95	---	---
2009	447	184	41,16	263	58,84	---	---
2010	458	104	22,71	354	77,29	---	---

2011	442	76	17,19	366	82,81	---	---
2012	466	65	13,95	401	86,05	---	---
2013	497	78	15,69	419	84,31	---	---
TOTAIS	2.998	945	31,52	2.053	68,48	---	---

A Tabela a seguir apresenta o quantitativo de Contestações à análise técnica da SEPIN/MCTI, as análises técnicas realizadas dessas Contestações, as pendências de análise técnica (estoque de Contestações) e os recursos hierárquicos ao Ministro de Estado do MCTI:

Tabela 11 – Estoque de RDAs (situação da análise recursal)

Ano-base*	Contestações apresentadas			Contestações com análise técnica concluída		Contestações em estoque ou em análise		Recursos hierárquicos ao Ministro de Estado apreciados*		
	Qtde. (A)	Qtde. (B)	% (B/A)	Qtde. (C)	% (C/A)	Qtde. (D)	Providos integralmente (E)	Providos parcialmente (F)	Não providos (G)	
2007	40	12	30,00	28	70,00	0	N/A	N/A	N/A	
2008	24	2	8,33	22	91,67	0	N/A	N/A	N/A	
2009	17	2	11,76	15	88,24	0	N/A	N/A	N/A	
2010	2	2	100,00	0	0,00	0	N/A	N/A	N/A	
2011	0	0	---	0	---	0	N/A	N/A	N/A	
2012	0	0	---	0	---	0	N/A	N/A	N/A	
2013	1	1	100,00	0	---	0	N/A	N/A	N/A	
TOTAIS	84	19	---	65	---	0	N/A	N/A	N/A	

O que se pode inferir quanto a não apresentação de Recursos Hierárquicos ao Ministro de Estado do MCTI é que os RDAs das empresas com maior valor de contrapartida, ainda não foram analisados e que as 28 Contestações apresentadas, ainda estão pendentes de análise.

A Tabela a seguir apresentar o detalhamento de todas as empresas cujas análises técnicas, contestações e recursos hierárquicos tenham sido apreciados em grau definitivo no exercício e que não tenham sofrido contestações posteriores, e cuja conclusão tenha sido pela existência de débito de aplicação insuficiente em P&D (glosas):

Tabela 12 – Tabela de resultados dos recursos não providos e providos parcialmente

Código da empresa (CNPJ)	Situação da análise técnica**	Valor final do débito de aplicação insuficiente em P&D (glosa) e a ano-base de referência	Data do recolhimento do débito de aplicação insuficiente em P&D ao FNDCT
00.221.199/0001-88	Concluída	26.410,73 – 2007	27/07/2012
61.099.008/0001-41	Concluída	5.343,51 – 2007	28/11/2014
05.462.246/0001-07	Concluída	19.557,82 – 2007	25/07/2012
04.662.963/0001-01	Concluída	43.563,00 – 2007	17/10/2012
61.261.624/0001-57	Concluída	57.973,95 – 2007	27/02/2014
07.046.643/0001-16	Concluída	2.083,25 – 2007	05/04/2012
74.686.262/0001-98	Concluída	1.646,86 – 2008	28/11/2012
04.662.963/0001-01	Concluída	33.305,24 – 2008	28/08/2014
40.605.099/0001-70	Concluída	24.238,41 – 2008	29/08/2014
09.177.756/0001-85	Concluída	91,54 – 2009	19/01/2015
40.605.099/0001-40	Concluída	29.266,52 – 2009	29/08/2014
47.922.042/0001-43	Concluída	5,31 – 2010	28/11/2012
09.119.618/0001-40	Concluída	5.802,77 – 2011	30/01/2013

Conforme o demonstrado na **Tabela 10 – Estoque de RDs** ainda há um grande volume de RDAs pendentes de análise, dos anos base 2007 a 2013 e nestes estão incluídos aqueles de maior valor de contrapartida.

Da apresentação de Relatórios Demonstrativos na forma Simplificada:

A apresentação de Relatórios Demonstrativos elaborados na forma Simplificada, conforme o disposto no Decreto 5.906/2006, art. 33, § 2º, foi feita pela primeira vez para o ano base de 2013 e cujos RDAs foram protocolados na SEPIN/MCTI até o dia 31 de julho de 2014.

Dos 497 RDAs apresentados para o ano base 2013, 88 foram elaborados na forma Simplificada o que já demonstra o interesse das empresas em elaborar seus relatórios anuais de prestação de contas de aplicação em atividades de P&D nesse formato, mesmo tendo a SEPIN/MCTI decidido pela adoção do mesmo próximo à data de entrega dos RDAs .

A SEPIN/MCTI ainda não iniciou a análise dos RDs do ano base 2013, mas sua expectativa é que a avaliação dos Relatórios Demonstrativos Simplificados ganhe celeridade por parte da Equipe de Analista da CGTE/SEPIN, em relação àqueles apresentados na forma completa, ou seja, Relatórios Demonstrativos.

A Metodologia e o Sistema Informatizado de análise dos RDAs, nos termos da Portaria MCTI nº 863/2014, ainda estão em processo de desenvolvimento e validação. A previsão de início das análises é para o segundo semestre de 2015.

5.4. Processos de suspensão e cancelamento de benefícios da Lei de Informática

A Tabela a seguir apresenta a relação de empresas habilitadas, que para os anos base de 2011, 2012 e 2013, **não entregaram os RDAs do cumprimento das obrigações de aplicação em atividades de P&D**, deixando de atender ao art. 11, § 9º, da Lei 8.248/91 e as providências tomadas pela SEPIN/MCTI quanto à fruição dos incentivos:

Tabela 13 – Estoque de empresas omissas em entregar RD (anos base 2011, 2012 e 2013)

Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária	CNPJ da empresa beneficiária	Ano-base da omissão	Situação da empresa*
ABLE Eletrônica Ltda.	54.590.203/0001-04	2011	Cancelada
ADTS Soluções em Automação e Eng. Ltda.	05.057.502/0001-72	2011	Cancelada
Altec Alagoas Tecnologia de Computadores Ltda.	04.254.990/0001-45	2011	Cancelada
AP Router Indústria Eletrônica Ltda.	07.954.020/0001-40	2011	Cancelada
Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0001-00	2011	Cancelada
Avipro Indústria Eletrônica e Comércio Ltda.	07.654.847/0001-39	2011	Cancelada
BYTE Comércio de Informática Ltda.	05.303.709/0001-80	2011	Cancelada
Comptrom Ind. Com. de Prod. Informática Ltda.	08.944.608/0001-86	2011	Cancelada
Datalink Ltda.	01.530.025/0001-60	2011	Cancelada
Deltatree Comércio e Serv. de Informática Ltda.	07.431.542/0004-68	2011	Cancelada
Dynatech Eletrônica Ltda.	01.274.446/0001-77	2011	Cancelada
Eletrodealer Produtos de Informática Ltda.	07.675.538/0001-45	2011	Cancelada
Incoel Informática Telecom. Ind. e Comércio Ltda.	05.462.246/0001-07	2011	Cancelada
Megaflex Sul Tecnologia Industrial Ltda.	05.059.708/0001-31	2011	Cancelada
MINSK Informática Ltda.	05.494.499/0001-54	2011	Cancelada
Mundicomp Computadores Ltda.	09.089.791/0001-42	2011	Cancelada
Novadata Sistemas e Computadores S.A.	51.754.240/0001-12 51.754.240/0016-07	2011	Cancelada
Serdia Eletrônica Industrial Ltda.	80.787.443/0001-03	2011	Cancelada

Tec Line Indústria e Comércio de Comput. Ltda.	08.129.047/0001-61	2011	Cancelada
Techsul Industrial Ltda.	04.718.124/0001-68	2011	Cancelada
Vega Mercantil Ind., Com. Imp. Exp. Inform. Ltda.	38.591.863/0001-53	2011	Cancelada
André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	2012	Cancelada
Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	2012	Cancelada
Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	2012	Cancelada
Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	2012	Cancelada
Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	2012	Cancelada
H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	2012	Cancelada
LCE Tecnologia da Inf. e Integração Sist. Ltda.	09.286.571/0001-09	2012	Cancelada
Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	2012	Cancelada
PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	2012	Cancelada
Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	2012	Cancelada
SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	2012	Cancelada
STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	2012	Cancelada
Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	2012	Cancelada
UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	2012	Cancelada
3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	2013	Suspensa
All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	2013	Suspensa
C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	2013	Suspensa
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	2013	Suspensa
Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	2013	Suspensa
DAE Eletrônica Ltda.	59.236.844/0001-89	2013	Suspensa
Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	2013	Suspensa
Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	2013	Suspensa
DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	2013	Suspensa
Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	2013	Suspensa
Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	2013	Suspensa
Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	2013	Suspensa
Emerson Sistemas de Energia Ltda.	03.698.870/0001-74 03.698.870/0007-60	2013	Suspensa
EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	2013	Suspensa
FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	2013	Suspensa
Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	2013	Suspensa
FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	2013	Suspensa
Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	2013	Suspensa
IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	2013	Suspensa
Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	2013	Suspensa
Overmax do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda.	00.902.770/0001-20	2013	Suspensa
Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	2013	Suspensa
Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	2013	Suspensa
SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	2013	Suspensa
Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	2013	Suspensa
Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	2013	Suspensa
Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	2013	Suspensa
Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	2013	Suspensa
Spinner Com. Equipamen tos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	2013	Suspensa
SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	2013	Suspensa
Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	2013	Suspensa
Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	2013	Suspensa
Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	2013	Suspensa
XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	2013	Suspensa
ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	2013	Suspensa

A Tabela a seguir apresenta a relação de empresas habilitadas, que para os anos base de 2011, 2012 e 2013, **tiveram processo instaurado pela SEPIN/MCTI de suspensão ou cancelamento dos incentivos fiscais**, em razão de descumprimento de regras da Lei nº 8.248/91:

Tabela 14 – Processo de suspensão e cancelamento instaurados ou em curso no exercício

Nº processo	Razão social e nome fantasia da empresa beneficiária	CNPJ da empresa beneficiária	Motivo da suspensão ou cancelamento*	Situação do processo**
01200.003294/2012-80	ABLE Eletrônica Ltda.	54.590.203/0001-04	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 286, de 26/03/2013, DOU de 27/03/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 08, de 03/01/2014, DOU de 08/01/2014
01200.003295/2012-24	ADTS Soluções em Automação e Eng. Ltda.	05.057.502/0001-72	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 691, de 04/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 605, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.003362/2012-19	Altec Alagoas Tecnologia de Computadores Ltda.	04.254.990/0001-45	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 670, de 25/09/2012, DOU de 27/09/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.348, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013
01200.003365/2012-44	AP Router Indústria Eletrônica Ltda.	07.954.020/0001-40	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 696, de 04/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 629, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.003519/2012-06	Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0001-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 800, de 08/11/2012, DOU de 09/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 983, de 24/06/2013, DOU de 25/09/2013
01200.003518/2012-53	Avipro Indústria Eletrônica e Comércio Ltda.	07.654.847/0001-39	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 796, de 07/11/2012, DOU de 08/11/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC 926, de 18/09/2013 – DOU de 19/09/2013
01200.003517/2012-17	BYTE Comércio de Informática Ltda.	05.303.709/0001-80	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 795, de 07/11/2012, DOU de 08/11/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 925, de 18/09/2013, DOU de 19/09/2013
01200.003364/2012-08	Comptrom Ind. Com. de Prod. Informática Ltda.	08.944.608/0001-86	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 667, de 25/09/2012, DOU de 27/09/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 604, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.003516/2012-64	Datalink Ltda.	01.530.025/0001-60	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 802, de 08/11/2012, DOU de 09/11/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 927, de 18/09/2013, DOU de 19/09/2013
01200.003299/2012-11	Deltatree Comércio e Serv. de Informática Ltda.	07.431.542/0004-68	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 689, de 04/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 630, de 28/06/2013, DOU de 01/07/2013
01200.003301/2012-43	Dynatech Eletrônica Ltda.	01.274.446/0001-77	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 966, de 27/12/2012, DOU de 31/12/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 982, de 24/09/2013, DOU de 25/09/2013
01200.003292/2012-91	Eletrodealer Produtos de Informática Ltda.	07.675.538/0001-45	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 713, de 05/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 607, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.003366/2012-99	Incoel Informática Telecom. Ind. e Comércio Ltda.	05.462.246/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 306, de 02/04/2013, DOU de 04/04/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 09, de 03/01/2014, DOU de 08/01/2014
01200.003290/2012-00	Megaflex Sul Tecnologia	05.059.708/0001-31	Descumprimento Arts.	Arquivado – Portaria Suspensão

	Industrial Ltda.		33 e 36 do Dec. 5.906/2006	MCTI nº 694, de 04/10/2013, DOU de 08/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 650, de 09/07/2013, DOU de 10/07/2013
01200.003291/2012-46	MINSK Informática Ltda.	05.494.499/0001-54	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 675, de 27/09/2012, DOU de 28/09/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 603, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.003289/2012-77	Mundicomp Computadores Ltda.	09.089.791/0001-42	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 687, de 04/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 606, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.003304/2012-87	Novadata Sistemas e Computadores S.A.	51.754.240/0001-12 51.754.240/0016-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 969, de 27/12/2012, DOU de 31/12/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.312, de 27/11/2014, DOU de 28/11/2014
01200.003287/2012-88	Serdia Eletrônica Industrial Ltda.	80.787.443/0001-03	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 688, de 04/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 148, de 04/02/2014, DOU de 06/02/2014
01200.003639/2012-03	Tec Line Indústria e Comércio de Comput. Ltda.	08.129.047/0001-61	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 792, de 07/11/2012, DOU de 08/11/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 984, de 24/09/2013, DOU de 25/09/2013
01200.003514/2012-75	Techsul Industrial Ltda.	04.718.124/0001-68	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 801, de 08/11/2012, DOU de 09/11/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 924, de 18/09/2013, DOU de 19/08/2013
01200.003293/2012-35	Vega Mercantil Ind., Com. Imp. Exp. Inform. Ltda.	38.591.863/0001-53	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 695, de 04/10/2012, DOU de 08/10/2012 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC/MF nº 608, de 26/06/2013, DOU de 27/06/2013
01200.004094/2013-25	André Luis de Toledo Mendes	71.769.673/0001-59	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.050, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 765, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.003046/2014-09	Arvus Tecnologia S/A.	06.885.515/0002-83	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.044, de 02/10/2014, DOU de 03/10/2014 – Cancelamento: Prazo 180 Dias
01200.004097/2013-69	Computer Store Comércio Ltda.	83.383.950/0001-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 189, de 14/02/2014, DOU de 18/02/2014 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.266, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014
01200.004098/2013-11	Connectimport - Ind. Com. Imp. Prod. Inf. Ltda.	07.378.950/0002-84	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.078, de 17/10/2013, DOU de 22/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 762, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004291/2013-44	Grazmetal Informática Ltda.	84.858.174/0001-80	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.182, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 793, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004295/2013-22	H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	Descumprimento Arts. 22, 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.184, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 90, de 27/02/2015, DOU de 02/03/2015
01200.004101/2013-99	LCE Tecnologia da Inf. e Integração Sist. Ltda.	09.286.571/0001-09	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.186, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria

				Cancelamento MCTI/MDIC nº 764, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004297/2013-11	Open Indústria e Com. de Computadores Ltda.	08.240.547/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.349, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.096, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004102/2013-33	PEG do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	11.191.910/0001-15	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.052, de 14/10/2013, DOU de 16/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 767, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004294/2013-88	Screen Service do Brasil Ind. Com. Prod. El. Ltda.	03.263.092/0001-78	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.136, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 768, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.005433/2013-91	SDL Eletro - Eletrônica Ltda. EPP	11.354.726/0001-49	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.351, de 27/12/2013, DOU de 31/12/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 1.095, de 14/10/2014, DOU de 15/10/2014
01200.004195/2013-77	STI - Sergipe Tecnologia em Informática Ltda.	05.146.651/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.094, de 21/10/2013, DOU de 23/10/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 769, de 28/07/2014 – DOU de 29/07/2014
01200.004103/2013-88	Telefonia Santa Marta Com. Imp. Equip. Ele. Ltda.	94.567.617/0001-37	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.185, de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 770, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004293/2013-33	UE Brasil Tecnologia Ltda.	08.438.042/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Arquivado – Portaria Suspensão MCTI nº 1.133, de 01/11/2013, DOU de 05/11/2013 – Portaria Cancelamento MCTI/MDIC nº 772, de 28/07/2014, DOU de 29/07/2014
01200.004063/2014-55	3I Soluções Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda.	05.561.300/0001-63	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.282, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004113/2014-02	All Earth Comércio de Eletrônicos Ltda.	09.173.898/0001-74	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.155, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004121/2014-41	C&A Computadores Ltda.	02.280.151/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.156, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004112/2014-50	CAM Brasil Multiserviços Ltda.	04.214.233/0001-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria MCTI nº 1.271, de 21/11/2014 – DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004111/2014-13	Cleonice Maria de Souza & Cia Ltda.	06.249.307/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.278, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004123/2014-30	DAE Eletrônica Ltda.	59.236.844/0001-89	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.149, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004125/2014-29	Digibrás Indústria do Brasil S/A.	07.130.025/0004-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.275, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004072/2014-46	Distak Computadores Ltda.	05.410.128/0001-47	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.159, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004122/2014-95	DIXI-TI Serviços em Tec. da Inform. Ltda. ME	10.278.563/0001-08	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.285, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004104/2014-11	Eaton Power Quality Industrial Ltda.	49.032.667/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.157, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004108/2014-91	Ebercon Empreend. Comerc. Indl. Ltda.	69.272.441/0002-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.294, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004074/2014-35	Eletro Parts MG Ind. Com. Prod. Eletr. Ltda.	08.286.294/0001-71	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.286, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004124/2014-84	Emerson Sistemas de Energia	03.698.870/0001-74	Descumprimento Arts.	Portaria Suspensão MCTI nº 1.160,

	Ltda.	03.698.870/0007-60	33 e 36 do Dec. 5.906/2006	de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004110/2014-61	EVA Informática Ltda.	03.718.578/0001-76	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.267, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004107/2014-47	FAE - Ferragens e Aparelhos Elétricos Ltda.	07.281.413/0001-30	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.154, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.003982/2014-10	Ferreira Lopes Comex e Participações Ltda.	13.352.511/0001-14	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.273, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004109/2014-36	FSE - Fábrica de Sistemas de Energia Ltda.	01.673.514/0001-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.274, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004067/2014-33	Golden Eye Proteção Automotiva Ltda.	04.411.341/0001-00	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.272, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004128/2014-62	IMBP Networking Corporation Ltda.	04.847.613/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.153, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004064/2014-08	Monytel S/A.	49.773.625/0001-85	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.280, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004445/2014-89	Overmax do Brasil Soluções em Tecnologia Ltda.	00.902.770/0001-20	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.297, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004068/2014-88	Paranaíba Telecom - Ind. de Tel. Celul. Ltda.	12.742.983/0001-10	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.153, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004106/2014-01	Sensobron Eletrônica Ltda.	05.034.786/0001-81	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.276, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.003983/2014-56	SER Com. Atac. Varej. Equip. Informática Ltda.	01.011.209/0001-13	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.284, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004541/2014-27	Sicad Soluções Ltda.	11.404.618/0001-33	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.298, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004446/2014-23	Sight GPS Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.299, de 25/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.003984/2014-09	Sominiun Tecnologia Ltda.	96.461.249/0001-73	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.283, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004105/2014-58	Sonoco do Brasil Ltda.	00.496.586/0021-70	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.270, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.003980/2014-12	Spinner Com. Equipamentos Eletroeletr. Ltda.	12.625.520/0001-79	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.158, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004126/2014-73	SVM Brasil Distribuidora Prod. Inform. Ltda.	07.279.776/0002-12	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.151, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004127/2014-18	Tacom Engenharia e Projetos Ltda.	01.005.845/0001-32	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.281, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004120/2014-04	Titan Solution Equipamentos de Inform. Ltda.	10.925.387/0001-40	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.279, de 21/11/2014, DOU de 24/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.003981/2014-67	Virtec Brasil Indústria, Com. e Serviços Ltda.	08.580.429/0001-07	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.152, de 24/10/2014, DOU de 27/10/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004540/2014-82	XTA Brasil Com. e Ind. de Equip. Inform. Ltda.	64.673.940/0001-24	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.293, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.004447/2014-78	ZTE do Brasil Ind., Com., Serv. e Partic. Ltda.	05.216.804/0001-46	Descumprimento Arts. 33 e 36 do Dec. 5.906/2006	Portaria Suspensão MCTI nº 1.295, de 25/11/2014, DOU de 26/11/2014 – Prazo 180 Dias
01200.000291/2015-37	RM Indústria de Eletrônicos Ltda.	03.313.250/0001-70	Descumprimento Art. 36, § 2º do Dec. 5.906/2006 (Exercícios de 2006 e 2008 – Valores dos Débitos: 2006=R\$4.701,28 e 2008=R\$17.825,05)	Em Análise
01200.004396/2013-01	Unicoba Indústria de	07.589.288/0001-20	Não iniciou Produção	Cancelado

	Componentes Eletrônicos e Informática Ltda.		180 dias	
01200.004446/2014-23	Sight GPS, Importação e Representações Ltda.	02.197.876/0004-48	Não Implantação do PLR	Suspensa
01200.001413/2013-41	Deltatree Comércio e Serviços de Informática Ltda.	07.431.542.0001-68	Não iniciou Produção 180 dias	Cancelada
01200.004962/2014-58	Microboard Indústria e Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda.	07.783.016/0001-67	Descumpriu Parcial PPB	Produtos Cancelados
01200.001895/2013-39	Techsul Industrial Ltda.	04.718.124/0001-68	Descumpriu Total PPB	Cancelada
01200.004921/2005-71	Tecnotools Informática Ltda. [Nova Microtools]	01.806.508/0001-44	Descumpriu Total PPB	Cancelada
01200.000483/2015-43	TMT Mermory - Indústria e Comércio de Tecnologia da Informação Ltda.	05.451.512/0001-98	Empresa encerrada	Cancelamento em tramitação
01200.002123/2014-03	H Buster São Paulo Indústria e Comércio Ltda.	09.119.618/0001-40	Descumpriu Total PPB	Cancelada
01200.004677/2014-37	RB Code Indústria de Suprimentos e Equipamentos de Automação Ltda.	07.586.045/0001-39	Descumpriu Parcial PPB	Cancelada
01200.004540/2014-82	XTA Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos de Informática Ltda.	64.673.940/0001-24	Descumpriu Total PPB	Suspensa
01200.005670/2014-32	Sone Soluções em Informática Ltda.	07.717.749/0001-01	Descumpriu Total PPB	Suspensão em tramitação
01200.004322/2014-48	Compex Tecnologia Ltda.	03.391.625/0002-09	Não possui infraestrutura. Não apresentou dados solicitados.	Cancelada
01200.001962/2012-34	CDI Brasil Industrial Ltda.	02.775.640/0002-80	Empresa Desativada.	Cancelada
01200.004323/2014-92	Flextronics Internacional Tecnologia Ltda.	74.404.229/0006-32	Empresa Desativada.	Cancelada
01200.005660/2014-05	Paranaíba Telecom Ind. de Telefones Celulares Ltda.	12.742.983/0001-10	Empresa desativada. Não apresentou dados Solicitados.	Cancelamento em tramitação
01200.005667/2014-19	Cablana do Brasil Ltda.	01.770.422/0001-09	Não possui infraestrutura. Não iniciou produção incentivada.	Cancelamento em tramitação

5.5. Gestão de Ativos

a) *Arrecadação em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)*

A Tabela a seguir apresenta o valor da arrecadação em favor do FNDCT por força das obrigações das empresas beneficiárias da Lei de Informática:

Tabela 15 – Arrecadação em favor do FNDCT por modalidade legal

Ano-base**	Depósitos Trimestrais (Decreto 5.906/2006, art. 8º, § 1º, inc. III) *	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. I)	Recursos Financeiros Residuais (Decreto 5.906/2006, art. 10, §2º, e art. 35, inc. II)	Opção de Investimento (Decreto 5.906/2006, art. 10, §3º, e art. 35)	Parcelamento ou Quitação de Débitos (Decreto 5.906/2006, art. 37, caput, e §3º)
2008	60.309.503,20	2.633.834,50		567.904,63	3.077.555,61
2009	55.821.469,71	6.409.070,25		126.199,34	4.478.524,21
2010	65.867.834,79	5.963.739,19		1.045,36	5.119.069,39
2011	72.516.906,28	5.082.295,94		214.158,13	38.676.012,71
2012	88.765.012,45	4.286.982,92		337.684,23	42.906.295,05
2013	102.720.016,34	28.624.196,78		99.691,16	40.058.775,97
2014	111.487.391,43	5.364.434,13		45.825,61	74.693.976,26

* Apenas os Depósitos Trimestrais apresentam uma correlação com os depósitos realizados em anos anteriores, pois são calculados com base no faturamento trimestral com bens incentivados pela empresa habilitada aos incentivos fiscais da Lei nº 8.248/91.

b) Arrecadação em favor dos Programas e Projetos Prioritários (PPIs)

A Tabela a seguir apresentar dados de arrecadação na forma de aporte de recursos financeiros por parte das empresas beneficiárias da Lei de Informática em favor de Programas e Projetos Prioritários (PPIs), para os últimos quatro exercícios, nos termos do Decreto 5.906/2006, art. 10, §§ 3º e 4º.

Tabela 16 – Arrecadação em favor de PPIs

Exercício*	Saldo em 31/12 do exercício anterior	Arrecadação no exercício	Transferência de recursos no exercício em favor de PPIs**	Saldo de recursos em 31/12 do exercício
2011	14.411.349,15	12.053.185,68	9.554.004,12	18.527.621,42
2012	18.527.621,42	5.805.242,57	889.640,86	25.328.056,87
2013	25.328.056,87	30.920.611,93	3.365.000,00	56.698.171,55
2014	56.698.171,55	22.833.726,30	7.563.370,00	79.645.398,26
TOTAIS	114.965.198,99	71.612.766,48	21.372.014,98	---

A Tabela a seguir apresenta os Programas e Projetos Prioritários (PPIs) vigentes, entidade executora e valores aportados, para os anos de 2011 a 2014:

Tabela 16 (A) – PPIs Projetos vigentes no período

Exercício	Ofício Transferência	Instituição Executora	Projeto	Data Transferência	Valor Transferido
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 572/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 712.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 568/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 1.450.597,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 570/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	03/01/2011	R\$ 551.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 565/2010	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	11/01/2011	R\$ 1.522.715,98
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 581/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	12/01/2011	R\$ 1.095.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 575/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	13/01/2011	R\$ 652.832,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 06/2010	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN	18/01/2011	R\$ 630.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 579/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 587.620,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 577/2010	RNP Rede Nacional de Ensino e Pesquisa	RNP	19/01/2011	R\$ 583.900,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 05/2010	Instituto de Pesquisa Eldorado	PNM DESIGN	20/01/2011	R\$ 731.000,00
2011	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 179/2011	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	HARDWARE BR	13/07/2011	R\$ 1.037.339,14
2012	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 192/2012	Facti - Fundação de Apoio a Capacitação em TI	PNM DESIGN /HARDWARE BR	07/05/2012	R\$ 889.640,86
2013	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 285/2013	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	19/06/2013	R\$ 3.365.000,00
2014	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº 418/2014	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	29/09/2014	R\$ 1.915.000,00
2014	Repasse Ofício/MCT/SEPIN nº	Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX	SOFTEX	12/12/2014	R\$ 5.648.370,00

c) *Gestão dos débitos de aplicação insuficiente em P&D da Lei de Informática*

As Tabelas a seguir retratam a situação do processo de cobrança do estoque de débitos de aplicação insuficiente em P&D de exercícios pretéritos.

Tabela 17 – Estoque de débitos de aplicação insuficiente em P&D da Lei de Informática (em R\$)

Ano-base*	Total de débitos de P&D após análise técnica do RD (A)**	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de contestação (B)	Débitos de P&D com exigibilidade suspensa por força de recurso ao Ministro de Estado (C)	Total de débitos de P&D plenamente exigíveis (D)
2007	20.131.151,82	15.360.906,38	0	4.770.245,44
2008	5.868.421,65	4.742.038,38	0	1.126.383,27
2009	4.714.682,82	3.733.111,24	0	981.571,58
2010	1.155.842,81*	0	0	21.626,63
2011	389.964,54	0	0	6.526,68
2012	0	0	0	0
2013	0	0	0	0
TOTAIS	32.260.063,64	23.836.056,00	0	6.906.353,60

Tabela 18 – Eficiência do processo de cobrança de débitos de P&D (glosas) em favor do FNDCT (em R\$)

Ano-base*	Total de débitos de P&D exigíveis (A)**	Valores recolhidos no exercício em favor do FNDCT (B)**	Valores exigíveis mas não recolhidos no exercício* em favor do FNDCT (C)**	Valores exigíveis há mais de seis meses sem sucesso (D)***
2007	4.770.245,44	96.958,31	4.673.287,13	901.273,95
2008	1.126.383,27	278.232,06	848.151,21	273.738,33
2009	981.571,58	29.358,06	952.213,52	111.843,73
2010	21.626,63	0,00	0	21.626,63
2011	12.328,75	5.802,77	0	6.526,68
2012	0,00	0,00	0	0,00
2013	0,00	0,00	0	0,00
2014	0,00	0,00	0	0,00
TOTAIS	6.912.155,67	410.351,20	6.473.651,86	1.315.009,32

O acentuado decréscimo na apuração de débitos de P&D exigíveis, a partir de 2009 é reflexo do estoque de RDAs pendentes de análise, conforme o demonstrado na **Tabela 10 – Estoque de RDs**.

A SEPIN/MCTI está avaliando introduzir novos procedimentos de cobrança administrativa de débitos de aplicação insuficiente em P&D, utilizando sistema informatizado seja no âmbito do Aquarius ou sistema equivalente a ser disponibilizado pelo MCTI.

Para os anos base de 2007 a 2013, dos RDAs analisados e encaminhados para as empresas, não houve casos que demandassem medidas extraordinárias, além dos procedimentos de cobrança administrativa ou outras medidas cabíveis como suspensão dos incentivos ou cancelamento da habilitação.

5.6 Auditorias e inspeções de P&D nas empresas beneficiárias

A Tabela a seguir apresenta o esforço fiscalizatório da Sepin/MCTI em relação aos projetos de P&D em empresas e institutos incentivados nos últimos quatro exercícios:

Tabela 19 – Realização de auditorias e inspeções de P&D

Exercício	HDF* em empresas beneficiárias	HDF* em instituições conveniadas das beneficiárias	Nº de empresas / nº de projetos próprios de empresas visitados	Nº de institutos / nº de projetos conveniados visitados
2011	10	8	4/9	2/3
2012	0	0	0	0
2013	40,5	44,5	14/30	9/35
2014	57	3	23/50	1/2
TOTAIS	107,50	55,50	41/89	12/40

A SEPIN/MCTI, em suas auditorias e inspeções de P&D, avalia a estrutura de P&D das empresas e das instituições de ensino e pesquisa e busca evidências da real execução do projeto, servindo de subsídios para análise dos RDAs.

As auditorias e inspeções de P&D permitem a constatação da qualificação das equipes de P&D, das parcerias e das metodologias utilizadas na execução dos projetos, que possibilita à equipe da SEPIN/MCTI uma visão da realidade de P&D, como contrapartida da fruição aos incentivos fiscais da lei de Informática.

Adicionalmente busca-se sanar eventuais dúvidas das empresas e instituições na execução e contratação (realização de convênios) de projetos e apresentar sugestões de melhorias nos controles dos dispêndios.

5.6. Fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB)

A Tabela a seguir apresenta o esforço da SEPIN/MCTI e da SDP/MDIC em relação à fiscalização do cumprimento dos Processos Produtivos Básicos (PPBs), o qual às empresas beneficiárias da Lei de Informática estão submetidas:

Tabela 20 – Realização de fiscalizações de cumprimento de Processo Produtivo Básico (PPB)

Exercício	Nº de empresas fiscalizadas à distância	Nº de empresas fiscalizadas <i>in loco</i>	Nº de casos de descumprimento de PPB**	Nº de denúncias externas de descumprimento de PPB encaminhadas para fiscalização
2011	0	26	0	0
2012	1	29	3	0
2013	7	32	7	3
2014	0	22	4	6
TOTAIS	8	109	14	9

5.7. Avaliação do P&D incentivado pela Lei de Informática

A avaliação dos resultados das atividades de P&D como sugerido, demanda estudos técnicos especializados. Inclusive, a SEPIN/MCTI tem buscado apoio junto à administração superior do MCTI para viabilizar a contratação desses estudos.

5.8. Avaliação da atuação dos institutos conveniados

A Lei de Informática – Lei nº 8.248/91 e suas alterações (Leis nºs 10.176/2001, 11.077/2004 e 13.023/2014) proporcionou a criação de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia da Informação e Comunicação, privados, voltados para a execução de projetos de P&D em convênio com empresas habilitadas aos incentivos fiscais da Lei de Informática, como também para terceiros.

Os centros foram criados em todas as regiões do Brasil e, para realizarem convênios com as empresas incentivadas à fruição dos incentivos da Lei de Informática, foram credenciados pelo Comitê da Área de Tecnologia da Informação – CATI.

Dentre os trinta (30) centros privados, credenciados pelo CATI, 10 (dez) captam mais de 95% de todos os recursos, objetos de convênios com as empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática, conforme Tabela a seguir:

Institutos de P&D Privados - Captação de recursos de empresas habilitadas aos incentivos da Lei de Informática – Lei nº 8.248/91.

Valores em Mil R\$

Instituição	Número de Colaboradores	Localização Cidade/UF	2010	2011	2012	Total
Instituto Eldorado	650	Campinas/SP	51.475,00	92.727,00	82.266,00	226.468,00
		Brasília/DF				
		Porto Alegre/RS				
SIDI - Samsung Instituto de Desenvolvimento para a Informática	200	Campinas/SP	38.148,00	71.366,00	83.371,00	192.885,00
C.E.S.A.R - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife	550	Recife/PE	19.179,00	38.695,00	44.668,00	102.542,00
		São Paulo/SP				
		Sorocaba/SP				
		Curitiba/PR				
Venturus Centro de Inovação Tecnológica	200	Campinas/SP	38.409,00	24.822,00	32.046,00	95.277,00
Centro Internacional de Tecnologia de Software - CITS	190	Curitiba/PR	13.008,00	34.268,00	25.966,00	73.242,00
		Manaus/AM				
FIT - Flextronics Instituto de Tecnologia	162	Sorocaba/SP	15.338,00	21.093,00	22.604,00	59.035,00
Fitec - Fundação para Inovações Tecnológicas	180	Recife/PE	10.635,00	16.388,00	19.403,00	46.426,00
		Campinas/SP				
		Belo Horizonte/MG				
		São José dos Campos/SP				
Instituto Atlântico	290	Fortaleza/CE	7.815,00	7.674,00	9.548,00	25.037,00
		Sobral/CE				
		São Paulo/SP				
Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun – Von Braun	150	Campinas/SP	5.527,00	4.789,00	6.871,00	17.187,00
		Campinas/SP				
		São Carlos/SP				
Instituto Recôncavo de Tecnologia	120	Salvador/BA	6.957,00	7.862,00	6.159,00	20.978,00

Fonte: SEPIN – Relatórios Demonstrativos de Aplicação Anual em Atividades de P&D.

Alguns desses centros, mesmo tendo poucos anos de criação, já demonstram capacitação em temas relevantes da área de TIC, dentre os quais, citamos:

- **Von Braun:** Radio Frequency Identification – RFID;
- **CESAR:** Aplicativos para dispositivos móveis;
- **Eldorado:** Desenvolvimento de software, de hardware e sistemas e realização de ensaios e testes de produtos eletrônicos.

Institutos de P&D Privados - Quantidade de Projetos executados por número de Empresas Habilitadas. Valores em Mil R\$

Instituto	2010			2011			2012		
	Projetos	Empresas	Aplicação P&D	Projetos	Empresas	Aplicação P&D	Projetos	Empresas	Aplicação P&D
Eldorado	67	26	51.475,00	90	28	92.728,00	104	32	82.265,00
SIDI - Samsung	52	1	38.148,00	31	1	71.366,00	22	1	83.371,00
C.E.S.A.R	24	4	19.179,00	59	24	38.695,00	52	27	44.668,00
Venturus	38	6	38.409,00	38	7	24.822,00	37	7	32.046,00
CITS	24	5	13.008,00	55	13	34.268,00	50	12	25.966,00

FIT - Flextronics	31	4	15.338,00	38	6	21.093,00	30	7	22.604,00
Fitec	47	21	10.635,00	59	26	16.388,00	55	24	19.40,00
Atlântico	28	18	7.814,00	23	15	7.674,00	26	14	9.548,00
Von Braun	6	4	5.527,00	6	3	4.789,00	7	4	6.871,00
Recôncavo	17	8	6.957,00	14	9	7.862,00	14	9	6.159,00
Total	334	---	206.492,00	413	---	319.686,00	397	---	332.903,00

Fonte: SEPIN – Relatórios Demonstrativos de Aplicação Anual em Atividades de P&D.

Podemos observar na Tabela acima que os Centros de P&D têm procurado ampliar suas parcerias com as empresas habilitadas e de uma maneira geral também aumentaram o número de projetos executados.

5.9. Regionalização dos benefícios socioeconômicos da Lei de Informática

A Tabela a seguir apresenta a quantidade e o valor total de projetos executados pelas empresas beneficiárias (Próprio) e executados em convênios com institutos de pesquisa e instituições de ensino (Conveniado) por Unidade Federativa (UF):

Tabela 21 – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e UF – Ano Base 2013

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
AC	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	
AL	Próprio	---	---	90.230,45
	Conveniado	1	90.230,45	
AM	Próprio	-	-	1.333.603,11
	Conveniado	3	1.333.603,11	
AP	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	
BA	Próprio	21	7.535.687,43	32.550.968,42
	Conveniado	58	25.015.280,99	
CE	Próprio	17	3.298.876,67	44.560.556,47
	Conveniado	121	75.938.671,97	
DF	Próprio	8	1.893.479,57	44.560.556,47
	Conveniado	78	42.667.076,9	
ES	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	
GO	Próprio	-	-	317.656,56
	Conveniado	1	317.656,56	
MA	Próprio	-	-	200.521,42
	Conveniado	1	200.521,42	
MG	Próprio	325	55.634.478,3	71.515.648,52
	Conveniado	62	15.881.170,22	
MS	Próprio	3	990.000,00	990.000,00
	Conveniado	-	-	
MT	Próprio	2	130.080,92	436.895,92
	Conveniado	1	306.815,00	
PA	Próprio	-	-	1.339.100,21
	Conveniado	5	1.339.100,21	
PB	Próprio	3	636.266,89	20.905.996,37
	Conveniado	66	20.269.729,48	
PE	Próprio	14	2.476.445,88	94.561.503,98
	Conveniado	110	92.085.058,1	
PI	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	
PR	Próprio	174	32.734.425,12	88.013.955,24
	Conveniado	69	55.279.530,12	
RJ	Próprio	13	3.042.405,2	7.635.177,03
	Conveniado	6	4.592.771,83	
RN	Próprio	-	-	102.000,00

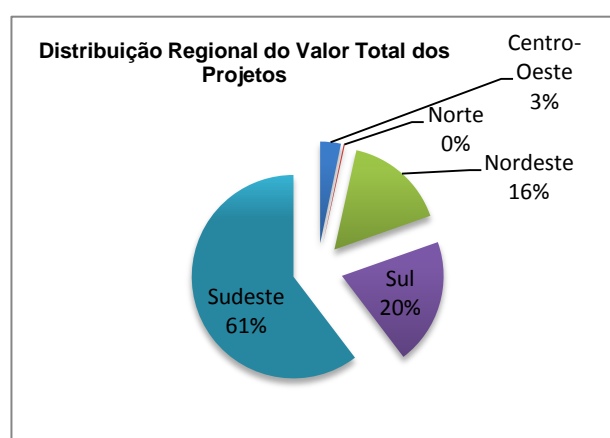
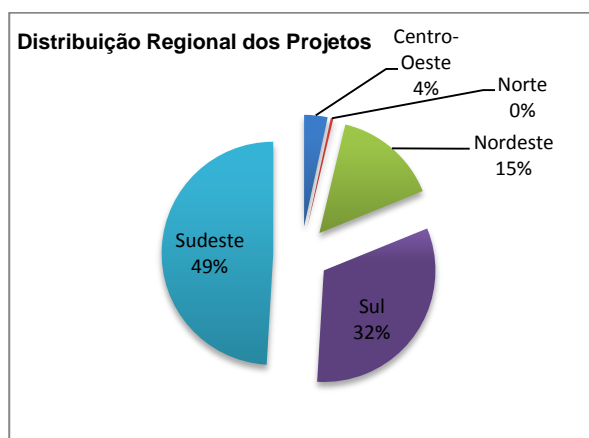
UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Total por UF (R\$)
	Conveniado	1	102.000,00	
RO	Próprio	2	70.000,00	70.000,00
	Conveniado	-	--	
RR	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	
RS	Próprio	434	102.991.262,3	122.673.309,34
	Conveniado	55	19.682.047,04	
SC	Próprio	109	63.971.582,86	72.123.795,57
	Conveniado	40	8.152.212,71	
SE	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	
SP	Próprio	661	425.661.678,51	772.120.398,24
	Conveniado	279	346.458.719,73	
TO	Próprio	---	---	---
	Conveniado	---	---	

A Tabela a seguir apresenta a quantidade e valor total de projetos de P&D executados, por região geográfica.

Tabela 22 – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e Região

UF	Tipo de projeto	Quantidade	Valores (R\$)	Quantidade Total	Total Regional (R\$)
Centro-Oeste	Próprio	13	3.013.560,49	93	46.305.108,95
	Conveniado	80	43.291.548,46		
Norte	Próprio	2	70.000,00	10	2.742.703,32
	Conveniado	8	2.672.703,32		
Nordeste	Próprio	55	13.947.276,87	415	227.648.769,28
	Conveniado	360	213.701.492,41		
Sul	Próprio	717	199.697.270,28	881	282.811.060,15
	Conveniado	164	83.113.789,87		
Sudeste	Próprio	999	484.338.562,01	1.347	851.271.223,79
	Conveniado	348	366.932.661,78		

Gráfico – Distribuição dos projetos de P&D por tipo e região geográfica: apresentar gráfico de pizza com os valores em R\$ da tabela acima, indicando a distribuição geográfica dos investimentos em P&D da Lei de Informática.



5.10. Informações complementares

Providências adotadas pela SEPIN/MCTI em atenção às recomendações do Acórdão 3.695/2013-TCU-Plenário, subitens 9.8 e 9.9.:

- A SEPIN/MCTI tomou ciência da recomendação do TCU objeto do citado Acórdão e tem feito gestões junto a Secretaria Executiva do MCTI com vistas à obtenção de recursos para contratação de estudos especializados para avaliação bienal de resultados econômicos e impactos técnicos da Lei de Informática; bem como para avaliações trienais do PADIS e PATVD, com essa mesma abrangência.

Providências adotadas pela SEPIN/MCTI em atenção às recomendações do Acórdão 458/2014-TCU-Plenário:

- Com relação ao Sistema de Informatização AQUARIUS, os módulos PACI e PARDA estão em fase de teste e com previsão de entrada em operação nos anos de 2015 e 2016, respectivamente;

- Com relação à adoção da apresentação de RDAs no formato Simplificado, a SEPIN/MCTI já implantou a metodologia no ano de 2014, para os relatórios referentes ao ano base de 2013;

- Com relação ao aprimoramento dos requisitos de credenciamento de Centros de P&D a SEPIN/MCTI já iniciou discussões objetivado construir uma proposta para submeter ao CATI; e

- Com relação à divulgação de resultados referentes às atividades de P&D, a SEPIN/MCTI está desenvolvendo um novo formato de apresentação das informações para ampliar o conteúdo divulgado.